

porta o nível de conhecimento, de aquecimento que tiveram para entrar no jogo. O fato é que têm direitos àquilo lá. O senhor levantou uma questão importante, conceitual: mostrar os macros números e disponibilizar. Qualquer esclarecimento adicional pode ser feito por escrito. Nós respondemos. **Dr. Yazbek** – O que o senhor está precisando mais com relação a essa apresentação? Qual é o outro conceito que quer que coloque aqui? **Sr. Caio** – Do ponto de vista didático, talvez começar pelos conceitos. Não precisa existir a nota toda, quer dizer, valor empenhado. A que se refere? Valor liquidado. A que se refere? O Orçamento. A que se refere? Então, ter os quatro tópicos, a que se referem, e depois, abre-se para o Orçamento mesmo, em grandes números. **Dr. Abukater** – Poderia começar com uma tela, chamada glossário, com dez palavras chaves, dizendo o que são. Certo? **Dr. Yazbek** – Sem problemas. Ai eu volto a perguntar aos senhores o seguinte: vamos de novo apresentar 2013, 2014 ou vamos fazer uma apresentação mostrando o que é o Orçamento de 2015? E podemos dizer o que ainda vamos fazer do Orçamento de 2014. **Sra. Júlia** – Dependendo da solicitação de voto que fazemos, ela esbarra em restrição orçamentária. Então, quanto temos? Na reunião do Conselho, estamos votando alguma coisa que pode ter algum impacto orçamentário? Mas qual é o Orçamento? O que se gasta? E, além de conceitos, acho que é difícil entender essa questão financeira, quer dizer, o dinheiro só veio para o Fundo, mas não temos ingerência nele. **Dr. Yazbek** – O Conselho começou num momento em que, de uma forma, ou de outra, o Orçamento já estava começando a ser trabalhado. Então, esse Orçamento de 2015 ainda é um macro que foi elaborado pelas pessoas que estavam ainda com algumas informações na cabeça, de 2013 e de 2014. Certo? Então, em 2016, dada a perenidade do Conselho, há a possibilidade do Conselho ter uma atuação mais marcada para poder fazer uma interferência mais vigorosa no Orçamento de 2016. Certo? **Dr. Abukater** – Ela quer saber o seguinte: a verba colocada cobra custeio. Existe um Orçamento X e já comprometido X. Ou seja, qual a margem de manobra que o Conselho tem? Quer dizer, um Orçamento de 80, mas está comprometido 85. **Sra. Júlia** – Ou seja, não adianta apresentarmos solicitação de voto para gastar mais se não temos dinheiro para gastar. **Dr. Abukater** – Não. Apresente, discuta e jogue para frente. Plantamos para colher. **Sra. Júlia** – É o que os conselheiros querem saber. Eu imagino que é como se eu estivesse gerindo a minha conta no banco. Quanto eu tenho no banco? Vai entrar quanto? No mês que vem eu já posso gastar? Quando eu vou poder gastar? **Dr. Yazbek** – Júlia, no caso do Faria Lima, é um recurso que está nas mãos da COHAB e faz parte dos recursos administrados pelo Fundo. **Sra. Júlia** – Olhamos lá e há um saldo de vinte e oito. Então, significa que temos que gastar vinte e oito? Não. O Conselho não vai decidir. Parte dos vinte e oito está carimbada com outra coisa; está passando pelo Fundo e não temos ingerência alguma. **Dr. Abukater** – É isso mesmo. **Sr. Sidnei Pita** – Eu tinha outra forma de olhar a questão do Parceria. Na minha concepção ele era do Fundo. E hoje dizem que não é o Fundo; que é a Prefeitura que faz o repasse. Acho que devemos deixar isso bem detalhado. E, de todas as escalas de produção, eu queria que me mostrassem onde que hoje a COHAB produziu algo, tirando os conjuntos habitacionais antigos, tirando todos esses quesitos. **Sr. Caio** – No Grupo de Trabalho de Assistência Técnica, temos discutido onde que esse programa de assistência técnica ficaria na estrutura da Prefeitura. Seria com recursos do Fundo, com recursos orçamentários da SEHAB? Em que lugar ele poderia se pendurar? Essa é uma discussão importante. Vai haver recursos no Fundo, ou há a possibilidade de a Prefeitura, ao longo do exercício, alimentar o Fundo para um programa específico, para uma produção específica? Esse é outro dado importante para apresentar e dizer: “O dinheiro que temos é esse, mas há outras possibilidades de receita e tal, que vêm de outros lugares”. **Sr. Sidnei Pita** – Trabalhamos bastante com a questão da votação do Plano Diretor e, dentro dele, a quota de solidariedade. Pergunto: para 2015, quando acontecer mesmo o fator na cidade e houver a quota solidariedade, vai vir para o Fundo o recurso? **Dr. Abukater** – Não passa por aqui, mas está carimbado para a habitação. Mas ele vai para outro Fundo, que é o FUNDURB. **Sra. Júlia** – É preciso deixar isso claro para os conselheiros, para que saibamos, mesmo que seja para 2015 ou para 2016, que perspectiva se tem de ingerirmos esses recursos. **Dr. Biasi** – Ou seja, análise de recursos há livre para se decidir o destino? Cabe a quantia para todos aqui de todos os detalhes, abrirem as contas, aquelas informações de despesas que existem, onde são feitas, por quê. Isso tudo é pertinente à função do Conselho. Podem questionar e pedir informações quanto quiser, sem problemas. Vamos fechar esse assunto. Agora, colocaremos em votação a aprovação da ata da última reunião. **Sr. Florenzano** – Quería fazer uma correção na linha 33, página 4. Não é PDI. É BDI – Bonificação e Despesas Indiretas. E também, na linha 38, o valor dos elevadores está incorreto. Não são 371 milhões. São 371 mil, 933 e alguma coisa. Não sei exatamente qual o valor. **Sra. Ana Maria** – Tiramos os “milhões” aqui. **Sr. Osmar Borges** – Considerando que a peça já está orçada para 2015, é consequência das despesas apresentadas. Ou seja, já está orçado aquilo que está previsto gastar em 2015. Sabemos quais as despesas, mas não sabemos o Orçamento, não sabemos quanto vamos ter de Orçamento. Essas despesas previstas para 2015 podem sofrer cortes em função do que pode, eventualmente, ser o Orçamento, disponibilizado? **Dr. Yazbek** – Bom, em termos de peça orçamentária, o montante que foi encaminhado foi de R\$134 milhões. Entretanto, quando começar o ano, haverá, seguramente, um congelamento de recursos para poderem ser liberados. E, ao longo do ano, podem ou não ser liberados em função da execução desse Orçamento e da disponibilidade financeira. É muito provável que se utilize o IPTU progressivo porque foi liberado. Então o Prefeito não vai deixar de aproveitar essa oportunidade de poder fazer aquilo que era para ter feito no ano passado. Deve querer contar com mais recursos para poder fazer mais coisas. **Sr. Osmar Borges** – Se já tivemos uma previsão, só não sabemos exatamente o Orçamento, o Conselho, quando se reúne, apresenta uma solicitação de voto, e isso, de certa forma, também tem empenho orçamentário, tem que haver recursos disponíveis. Temos sempre nos pautado, nas reuniões do Conselho, onde há solicitação de voto para disponibilizar Orçamento para eventuais despesas. E essas despesas são sempre apresentadas em solicitação de voto, como as pensamos, pensando no Orçamento de 2015? **Dr. Yazbek** – A princípio, qualquer acréscimo orçamentário, não de recursos físicos, mas de recursos monetários, vai ser feito com uma suplementação. Então, é necessário fazer uma complementação para poder agregar valor orçamentário à peça que está aprovada. No Orçamento, desde que haja item orçamentário, há a possibilidade de fazer acréscimos, se houver disponibilidade financeira. Ou, então, se faz uma suplementação. Só que não existe a contrapartida financeira. De nada vai adiantar. E aí as secretarias tomam esse cuidado também para poder evitar que haja um conflito, em termos de haver um Orçamento super avaliado, sem a disponibilidade financeira para poder utilizar depois. **Dr. Abukater** – Osmar, só para complementar, assim como o Legislativo Municipal, que não pode votar a legislação que mexa no Orçamento da Prefeitura, a não ser quando da aprovação do Orçamento do ano anterior, seja através de emendas, seja através do que for. É o que vai acontecer este ano. Depois de estabelecido aquilo, a gestão dos recursos, ninguém mais pode gerar despesas. Ela está fixada e acabou. É jogo jogado. Se o Executivo tem

a sobra, pode remanejar. Osmar, tudo o que o senhor pensar que não esteja contemplado no Orçamento de 2015 e que gere despesas só vai acontecer por vontade executiva ou se houver caixa e ou o senhor pode trabalhar para jogar isso para 2016. **Sr. Osmar Borges** – Ou emenda específica no Orçamento. **Dr. Abukater** – Emenda específica, se passar na Câmara. **Dr. Yazbek** – Se houver excesso de arrecadação, sim. Senão, o senhor não vai conseguir mexer em nada. **Dr. Abukater** – A peça é aprovada pela Câmara. Os Vereadores podem encaminhar alguma suplementação para lá, para cá. Mas, depois de jogo jogado, acabou. O Item 5 é exatamente disso que estamos falando. É o pedido encaminhado pelo Dr. Jair, pelo Antônio Maria, da Diretoria Comercial e Social. Na gestão anterior, foram feitos dois mil contratos. Nessa gestão, já foram feitos cinco mil. São imóveis que foram transferidos para a COHAB e ela precisa chamar essas pessoas, para assinar contratos com elas. O imóvel já está regularizado. Estamos com 30 mil contratos para fazer. Uma vez feitos os contratos e regularizados, recursos para o Fundo. Mas, não temos gente para dar celeridade para desovar tudo isso. Queremos terceirizar esse serviço que significa preencher contratos, para desovar em 3, 4 meses, trinta mil contratos, porque, senão, vamos levar um ano. **Sr. Jair** – Temos aí hoje 21.860 contratos em vias de regularizarmos as ocupações. São terrenos e unidades verticalizadas. E todas estão ocupadas. Hoje, contabilizados em estoque na COHAB já temos 4.426 unidades que representam, em receita, R\$27 milhões para a companhia, já descontados os subsídios, em função da Resolução 51 e da Resolução 55. E aí temos mais 17.434 contratos, que estão em vias de regularização, que representam mais R\$250 milhões de receitas, também já descontados os subsídios. Então, operacionalmente, temos para serem injetados na companhia, R\$347 milhões. O custo operacional por contrato – foi feita uma estimativa – é de 1% sobre o total das receitas brutas, da receita já descontados os subsídios, o que representa algo em torno de R\$4 milhões, para regularizarmos os 21.846 contratos. E aí, o custo operacional por contrato é de R\$200, se terceirizarmos. A soma dos 21 mil contratos vai dar R\$4 milhões. **Sra. Ana Maria** – Jair, ali veio com um erro de digitação. O valor mensal é de abril de 2015 a dezembro de 2015. O ano é 2015. **Sr. Jair** – Exatamente. **Dr. Abukater** – O trabalho contratado vai desde o arrolamento no campo até a confecção do contrato. Esse é custo estimado. **Sr. Jair** – E seria licitação. Esse trabalho de arrolamento das famílias, de fazer a abordagem no local, que são demandas antigas, de duas, três décadas, demanda em torno de 60% do tempo de trabalho da equipe. É humanamente impossível se não fizermos um trabalho de terceirização. Nós incluímos isso no Orçamento de 2015, mas, obviamente, já esperávamos, foi cortado do Orçamento de 2015. A proposta de voto é levarmos isso novamente, por intermédio da Comissão Executiva, do Conselho, à Administração e tentamos uma inclusão que seja por lei, de uma verba extra orçamentária, porque o Orçamento, pelo que já foi dito aqui, já foi concluído. **Sr. Caio** – Na hora que todos os contratos estiverem quitados, vai haver uma receita de R\$30 milhões? **Sr. Jair** – Não. Na verdade, R\$347 milhões. Se conseguirmos isso, a nossa estimativa para 2015 é de 6 a 12 mil contratos. Quer dizer, já estamos trabalhando com a metade da receita, se conseguirmos, com a metade de R\$347 milhões. **Sr. Caio** – Quando falamos dos R\$347 milhões é a hora que o mutuário quitar todo o contrato? **Sr. Jair** – Não, isso é estimativa de receita. Pode ser à vista, a médio ou em longo prazo. **Sr. Caio** – Tudo bem. Mas é à hora em que os todos quitarem. Então, tudo bem trabalhar numa perspectiva. Ajuda a justificar essa receita de R\$3 milhões agora. **Sr. Jair** – A receita não é imediata. Agora, uma notícia boa. Como os subsídios são altos, a maioria deles tem lá um carrinho que vale R\$20 mil, R\$22 mil é o limite. Ele chega e paga à vista. Pode ser que essas receitas sejam, de início, avançadas. Isso é caso a caso. **Sr. Florenzano** – O senhor tem ideia de em quanto tempo, mais ou menos, se paga essa despesa terceirizada? **Sr. Antônio de Oliveira** – O custo estimado, em torno de R\$200 por contrato, para licitação, para concorrência, pode ser um pouco menos. A prestação média do Fundo Municipal de Habitação, a mínima é de R\$150, com seguro. Estamos projetando que, com uma prestação e meia do retorno, já pagamos essa despesa. Mandamos, na peça orçamentária, duas opções. A primeira, com recursos da fonte 00 do Tesouro, que é mais garantida. E uma opção: se não é possível ter recursos do Tesouro, que nos dê, pelo menos, o orçamento na fonte 08, que são recursos próprios do Fundo, porque aí a COHAB, como agente operador, faria uma licitação pedindo para a ganhadora uma carência de, pelo menos 60 dias, para pagar a primeira fatura e nos viramos. Agora, o que não podemos ficar é sem orçamento, porque não adianta ter dinheiro se não temos autorização orçamentária. Esse voto surgiu do GT 09, onde fui incumbido de apresentar um geral sobre a situação de comercialização. Então, 17 mil famílias foram transferidas em 2003, com o Secretário Paulo Teixeira na época. Foram as concluídas pelo extinto FUNAPS. As unidades estavam prontas e ocupadas há muitos anos. São diversas situações. A maioria é com contrato, outras quitadas, outras sem contrato. Desde 1990, ninguém mais pagou uma prestação. As famílias estão lá inseguras, envelhecendo, morrendo, sem seguro habitacional. Temos esse passivo. Ou seja, o município, o Fundo, a COHAB operadora, não cumpriram sua missão. Colocamos essas famílias lá para vender. A COHAB, o Fundo, não é para doar. Eles querem a propriedade. É um apelo final porque, com a equipe que nós temos, dá para fazer entre 1.700 e 2.000 contratos por ano, com muito esforço e boa vontade. Levaria dez anos com muita boa vontade para concluir esse estoque. Então, essa parte, que é passível, em termos legais, de terceirização, é o que, seguindo a orientação do GT 09, eles entenderam isso como prioritário e pediram que colocássemos isso em termos de voto. **Sr. Caio** – Vou fazer um comentário muito geral. Para mim parece tranquilo a história de terceirizar. Na verdade, essa solicitação de voto nos coloca uma reflexão sobre o papel da COHAB, do Estado. Está-se retirando essa atribuição da COHAB e terceirizando. E, hoje, se vamos à Diretoria Técnica, vemos que está esvaziado. Você vê que há pessoas, mas não se percebe claramente qual o papel que a COHAB exerce hoje. Estou colocando uma discussão. Parece que, diante da situação que temos, não há muita saída, com o relato que os senhores estão dando: vou fazer mil por ano e preciso fazer vinte mil em seis meses, sete meses. **Dr. Abukater** – Ninguém consegue. O senhor vai me desculpar. Acho ótimo fazer reflexão em cima disso. O senhor mexeu comigo. Falou da Diretoria Técnica. O Presidente não liga, mas o Diretor Técnico só pegou a missão de botar 25 mil unidades na rua, sem nenhum terreno para isso. E vamos colocar, até dezembro, 25 mil unidades do Minha Casa Minha Vida, a um custo de R\$800 mil por mês, que é quanto custa a minha equipe técnica. Uma equipe equivalente a essa com gerenciado custa R\$3 milhões para a Prefeitura. Então, minha equipe técnica está colocando 25 mil unidades na rua para atender ao compromisso que temos com o Prefeito. O pessoal trabalha lá e muito. Tudo bem? **Sr. Florenzano** – Eu gostaria de dar a opinião de votarmos isso. Acho que ficou muito clara a necessidade e a rapidez da terceirização nesses casos. Parabenizo o Dr. João. Eu, em outras épocas, fui um contestador das gerenciadoras. E ele está fazendo com equipe própria. **Sra. Júlia** – Acho louvável a iniciativa de tentar, no menor prazo possível, lidar com o passivo. Sabemos o drama dessas famílias que querem pagar, que precisam, que querem ter segurança jurídica. Compreendo o trabalho que dá nesses 60% de tempo, porque temos uma equipe também, no Escritório Modelo, que faz levantamen-

to em campo de documento e, de fato, é um trabalho enorme. Acho que deveriam investir mais na equipe técnica, porque, certamente, é mais barato equipe técnica própria do que terceirizar ou contratar gerenciadores. O Fundo já paga a COHAB para fazer serviços. Mostramos ali, no Orçamento, a gestão. Já há um pagamento à COHAB para ela fazer isso. Então, estamos pegando mais dinheiro do Fundo para fazer um trabalho que estaria no escopo do trabalho da COHAB. A COHAB, com sua própria equipe, não dão conta e precisa contratar temporário. Já que o cobertor é curto e estamos aqui, no maior esforço, para gastar o mínimo de dinheiro possível, seria possível, considerando que faz parte do trabalho da COHAB, amortizar esse valor daquilo que o Fundo deve para a COHAB? **Dr. Yazbek** – Não. Primeiro, esses imóveis não são da COHAB ainda. Nós estão na carteira da COHAB. Eles vieram para a COHAB. Nós não recebemos. Não existe um pagamento por conta dos mutuários para poder cobrir qualquer coisa. Eles continuam ainda como irregulares. Então, o que está se fazendo é regularizar a situação, trazendo isso para dentro da própria COHAB em termos formais. A partir daí se passa a receber. É isso que vamos fazer. **Sr. Sidnei Pita** – Pelo que entendi, a maior parte desse percentual de unidades, que estão para se fazer os contratos, está envolvendo todos aqueles mutuários antigos, de vinte, trinta anos, que por hora não são da COHAB. Porque, na verdade, quando construíram os mutirões, não havia uma clareza se eles ficariam com a secretaria, quem iria fazer a gestão. E hoje acabou indo isso para a COHAB. É isso? A maior receita vai vir desse bloco, então? **Sr. Antônio de Oliveira** – Claro que preferimos uma COHAB com sua própria estrutura. Só que esse é um serviço temporário porque essas unidades vieram prontas. Foram transferidas em 2003, extinto FUNAPS. Encerraram, nem fizeram o balanço e jogaram lá, na COHAB, como agente operador. Temos que procurar onde estão essas pessoas, onde estão esses conjuntos, quem está morando. Temos remuneração e, se tivéssemos uma equipe para fazer isso, e que fosse em longo prazo, que justificasse, seria melhor porque teríamos a remuneração do Fundo e ela é suficiente. O Fundo paga bem a COHAB. Só que os senhores conhecem a Resolução 20. Quando é na fase de produção, recebemos uma parte da remuneração. Quando termina, o Dr. Abukater, da área técnica, constrói e passa para o Jair comercializar, já foram recebidas em cada desembolso as apropriadas remunerações. Nesse caso, não recebemos nenhuma remuneração. Mas o problema mesmo nem é o dinheiro. O problema é a mão de obra. Temos que resolver o problema dessas famílias. Então, é um jeito mais coerente essa terceirização. O serviço é temporário. Se não fosse, o Tribunal de Contas, a própria 8666, não iria permitir. Estamos pedindo porque é legal. **Sr. Sidnei Pita** – Dentro desse bolo geral há empreendimentos, aqueles antigos, mas que eram da COHAB, que são da COHAB. No passado, na avaliação de comercialização e regularização dos mutirões, eles foram, alguns, com valor lá em cima. As prestações iriam ficar muito salgadas até porque não levou em conta o trabalho de 20, 30 anos, que era o trabalho humano, que as pessoas colocaram piso, reformaram a casa, fizeram tudo, que é diferente dos prédios da COHAB hoje, do Brás, Carrão, Itaquera, que são produtos prontos. Na época havia outra característica de pagamento. Escutei o senhor falar que o pagamento mínimo era 150. Foi feito levantamento em cima de avaliação dos imóveis dessas pessoas, dos mutirões? **Sr. Antônio de Oliveira** – Primeiro está no voto muito claro aí. Todos os empreendimentos são vinculados ao Fundo. O voto é do Fundo. A COHAB começou alguns mutirões. Esses não estão vinculados ao Fundo porque essas pessoas já pagaram. São muito, muito antigos. Agora, todos os demais, ou foram feitos no extinto FUNAPS, ou começaram na SEHAB, e alguns, na COHAB. Tanto que o município não tinha mais recursos e, quando se criou o Fundo, todos foram vinculados ao Fundo Municipal. Portanto, não há nada da COHAB aí. Quando eu falo em valores, estou falando das resoluções. Nunca foi computada num custo de mutirões a mão de obra. Agora, além de resolver o problema do custo e da capacidade de pagamento, que é estipulado nas resoluções, há o interesse das famílias. Elas nos procuram dia e noite quase com ansiedade de assinar. **Sr. Sidnei Pita** – Eu defendo. **Sra. Ana Maria** – Podemos colocar em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa) Alguém se absteve? Alguém vota contra? Aprovado por unanimidade. **Dr. Abukater** – Vou pedir para me retirar, Secretário, porque tenho um compromisso. Só para fechar, a crítica é muito boa, mas quando fazemos a crítica, precisamos ver a ação e a atitude que foram tomadas no tempo. Quando foram feitas as obras do FUNAPS e dos mutirões foi numa época. Hoje é outra. Hoje eu consideraria irresponsável a forma como foi feito, não o mutirão, mas o tratamento fundiário que foi feito. O Estado nunca aprovou suas plantas, para obra nenhuma, o que deveria ser obrigatório, porque temos que dar exemplo dentro de casa. À época não houve preocupação fundiária nem com contaminação. A época, seja da Erundina, da Marta, do Mário Covas, seja de todo mundo que passou por aqui, era outra. As obras eram feitas assim. Hoje não se admite mais. Então, acumulou tudo isso. Simplesmente estamos conseguindo desovar a regularização fundiária de algo que foi passado para o Fundo, às nossas costas. O passivo que tínhamos junto ao Ministério Público gerado é um monstro. É importante não gerar novos passivos. É melhor demorar um pouquinho mais, independentemente do afã da questão política de fazer, mas fazer direito, porque consertar dá muito trabalho. **Sra. Júlia** – Se me permite, quero fazer um apelo à municipalidade. Uma das grandes ações das assessorias jurídicas, populares, é promover a regularização fundiária de áreas ocupadas há anos e que não têm titulação. Por incrível que pareça, em algumas ações judiciais de usucupação, a própria Prefeitura, pela sua Procuradoria, se manifesta contrária à ação, porque diz que, na dúvida, como não consegue identificar e saber se o terreno é público ou não, ela é contra. E travamos ações de regularização de áreas privadas por conta desse tipo de manifestação. A questão da produção irregular afeta o Poder Público, mas, mesmo em áreas privadas, encontramos dificuldade de regularizar, e, muitas vezes, tenho inúmeras ações paralisadas porque a Prefeitura diz que não consegue saber se é área privada ou pública. E outra coisa para constar em ata, por favor. Havia dois votos que foram retirados da última reunião e que achei que seriam reapresentados hoje e não foram. **Sr. Florenzano** – Quería fazer uma pergunta sobre a questão do voto do reajuste das empresas. **Dr. Yazbek** – Ana, é o reajuste da Injetal, da JM? **Sr. Florenzano** – Qualquer empresa que precise de reajuste precisa ter o reajuste. **Dr. Yazbek** – Se for isso, é preciso fazer porque estamos pagando o reajuste. Não temos como buscar recursos fora daqui para completar o Palacete dos Artistas e o Mário de Andrade. **Sr. Florenzano** – É que retiraram o voto e achei que nesta reunião estaríamos votando. Acho que temos que votar rápido isso. Pode ser empresa grande, mas precisa receber. Não sei se era da JM. Sei que era Injetal, um deles. O outro, não me lembro. **Sra. Ana Maria** – São votos do João Abukater, que ele retirou da pauta. Vamos verificar com ele quando irá reapresentar. **Dr. Yazbek** – É bom ver, porque eu preciso de respaldo para poder pagar. Eu estou pagando. Senão, não faço a obra. Ele não faz a obra também. **Dr. Biasi** – Fica acertado que conversaremos com ele. Com relação ao último item da pauta, outros assuntos, alguém mais quer usar a palavra? (Pausa) Encerramos a reunião de hoje. Muito obrigado a todos.

(Encerra-se a reunião).

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMH - 5ª GESTÃO

Data da Reunião: 16 de outubro de 2014

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano 2014, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público**: José Floriano de Azevedo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marco Antônio Biasi (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); João Abukater Neto (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Jair José Rodrigues (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Mazzini Marcondes (Conselheira Poder Público/SEMPLA); Fernando José Côrrea (Conselheiro Poder Público/SF); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/SEHAB); Eduardo Trani (Conselheiro Poder Público/CDHU) e Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: José de Abração (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Valdeci Gomes (Cons. Mov. Populares/ULC); Benedito Roberto Barbosa (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia R. Sudeste); Maria Barbosa Rocha Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia R. Sudeste); Felícia Mendes Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar Chác. Conde F. 1); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Eliete Calisto da Cruz (Conselheira Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPT); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Edson Moraes dos Santos (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte) e Arlindo R. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Júlia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/PUC SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Conselheiro Soc. Civil/IAB-SP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Abelardo Campoy Diaz (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Soc. Civil/PEABIRU); Talita Alana Barbosa (Conselheira Soc. Civil/USINA); Flávio Carvalho (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Margareth Matiko Uemura (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Antônio Carlos Dolácio (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Convidados (as)**: Ana Maria Maluf Moussalli (SECMH/SEHAB); Luiza Matilde Ataline (GARMIC); Maria José de Barros (GARMIC); Vera Eunice R. da Silva (COHAB); Osmar Borges (COHAB); Gerônimo Henrique Neto (Asso. Moradores Jd. Edith); Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de SP); Vera Lúcia Barros (SECMH/GAT); Nathalia Guimarães Lourenço (SEHAB/ATAJ); Elma Gislene dos Santos (AME – Pro. Morad. Ed. Correios); Gilberto Santana Neves (AMTTC); Olivo Lima Santana (AMTTC); Maria da Conceição Santos (Conselheira AMTTC) e Edmundo Fontes (COHAB-SP). **Ausentes os Conselheiros (as)**: João Leopoldo Werneck de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Maria Tereza Soares Silveira (Conselheira Poder Público/SEHAB); Marlene Fernandes da Silva Miamoto (Conselheira Poder Público/SEL); Maria Rosa Lazineho (Conselheira Poder Público/SEL); José Jacques Namur Yazbek (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Fernando Lopes (Conselheiro Poder Público/SEMPLA); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Helena Strada Nosek (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Rodrigo Juncal Rossler (Conselheiro Poder Público/SIURB); Davilson Miserlian Lopes (Conselheiro Poder Público/SP); Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET); Alberto Kleinias (Conselheiro Poder Público/SEMDET); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Reinaldo Iapequino (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); José Milton Dallari Soares (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lucia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Manuel Moruzzi (Conselheiro Mov. Populares/AMMPT) Maria Aparecida Ferreira (Conselheira Mov. Populares/Assoc. Amigos Jd. Ipanema); Leandra Gujev (Conselheira Mov. Populares/SAM-MNLM-BR); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Ércio José Rodrigues (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); Francisco C. Barros (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Alberto G. de Oliveira Vieira (Cons. Mov. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Luiza Naomi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC - SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Soc. Civil/IAB-SP); Alexandre Marques Tirelli (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP); Erildo Xavier Feigel (Conselheiro Soc. Civil/SCIESP); Flávio Tadeu Adriano Nieli (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Maria Isabel N. de Sousa Cabral (Conselheira Soc. Civil/PEABIRU); Flávio Higuchí Hirao (Conselheiro Soc. Civil/USINA); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Maria dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Natasha Mincoff Meneqon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Ariovaldo Lopes de Souza (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausências justificadas**: Ricardo Rezende Garcia (Conselheiro Poder Público/SIURB); Tais Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO) e Débora Sanches (Cons. Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Élcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Pauta da reunião**: 1) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do CMH realizada em 25/9/2014; 2) Reapresentação da Solicitação de Voto CMH nº 08/2014 (3ª versão) - Minuta de Resolução do CMH referente aos Critérios Adicionais para o Programa Minha Casa Minha Vida-FAR, em atendimento ao disposto no item 4.2 da Portaria nº595/13 do Ministério das Cidades- (Conselheira Responsável: Márcia Maria Fartos Terlizzi); 3) Outros Assuntos. O Sr. Floriano dá início aos trabalhos. **Sr. José Floriano** – Boa tarde. **Sra. Ana Maria** – Ata da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de setembro. Perguntamos se alguém gostaria de propor alguma altera-